

## **Davi e Salomão: A utopia da grandeza e da unidade em Israel**

**Aluno: Michel Alves dos Santos**

**Orientadora: Maria de Lourdes Corrêa Lima**

### **Introdução:**

Segundo as tradições bíblicas, após a morte de Saul (1030-1010), as tribos de Israel e Judá que não conheciam, como os povos à sua volta, o esquema de sucessão dinástica, entram em crise. É neste contexto que ganha destaque a figura de Davi (1010-970), o jovem líder belemita, que no passado trabalhara sob o comando de Saul, mas que havia sido banido de Israel e fora perseguido pelo rei, ao ponto de um dado momento da vida ter que se unir aos filisteus e tornar-se seu vassalo.

Davi e seu filho Salomão (970-931) teriam possibilitado a manutenção e a continuidade do regime monárquico em Israel. Davi conseguiu, segundo o relato bíblico, governar “sobre todo Israel e Judá” (2Sm 5,3). Conquistou a cidade jebusita de Jerusalém, a qual transformou em sede do seu reinado, bem como para lá transferiu a “Arca da Aliança” e, assim, fez de Jerusalém uma cidade com o santuário nacional dedicado ao Deus de Israel. Davi também teria estendido o seu domínio para além das fronteiras das doze tribos de Israel, bem como conquistado um enorme território à sua volta, expulsando a ameaça filistéia. Em suma, Davi teria transformado Israel em uma grande potência.

Essas mudanças ocorridas em Israel teriam sido mantidas, após a morte de Davi, por seu filho Salomão. Este rei destacou-se não tanto pelas guerras, mas pela sua capacidade administrativa. Salomão teria sido o responsável pela formação de um corpo burocrático em Israel. O sábio e justo rei consolidou o reino criado por seu pai. Ele construiu um Templo majestoso para YHWH, próximo ao seu palácio, fazendo do templo a sua capela real.

Com a descoberta de achados arqueológicos em Meguido, Hazor e Gezer entre o início e meados do século XX da era cristã, essa visão acerca da monarquia unida de Israel ganhou impulso. A história bíblica encontrou respaldo na arqueologia.

Contudo, nos tempos mais recentes, graças às novas descobertas arqueológicas, a história da monarquia unida passou por um grande questionamento, que trouxe uma reviravolta à idéia que se tinha a respeito deste período.

A presente pesquisa buscou compreender melhor a visão tradicional acerca do Reino Unido de Israel. O estudo também procurou entender o projeto teológico e político que se esconde por detrás da imagem grandiosa criada acerca dos inícios da monarquia em Israel. A pesquisa ainda procurou entender a real configuração do Israel do século X.

Para cumprir tal tarefa, este estudo começou por aprofundar o conhecimento acerca da visão tradicional da monarquia unida. Num segundo momento, a pesquisa fez uma análise das descobertas arqueológicas referentes ao período analisado. E, por fim, a pesquisa preocupou-se em analisar o contexto no qual se construiu a utopia da grandeza e da unidade em Israel e sua possível aplicação política e teológica tanto no pré-exílio quanto no pós-exílio.

## I - Tradição Bíblica

### 1) Davi

Davi nasceu em Belém, era filho de Jessé do grupo de Éfrata do clã de Farés (Rt 4,18-22). A região primitiva da família de Davi estava situada entre Jerusalém e Bet-Sames, mas, graças à Booz, implantou-se em Belém. Ele é considerado como parente dos israelitas do norte (II Sm 5,2). O significado de seu nome é enigmático podendo significar um grau de parentesco, tio (dad), ou afeição, amado de um deus (dudu – dadw) [1].

A entrada de Davi no relato bíblico se deu concomitantemente com o fato de Deus se desagradar de Saul (I Sm 15,10-11.26.28), o abandono do Espírito do Senhor do mencionado monarca de Israel e a entrada do espírito maligno enviado por Deus em Saul (I Sm 16,14). Davi até então era apenas, de acordo com a tradição bíblica, um jovem de bela aparência, pastor das ovelhas de seu pai Jessé (I Sm 16,11-12), filho um dos membros mais pobres da tribo de Efraim (I Sm 18,18), que vivia em Belém de Judá (I Sm 17,12). Em suma Davi era um jovem desacreditado devido à sua função e idade (I Sm 17,33). A sua imagem, de acordo com o relato bíblico contrasta com a de Saul homem alto e forte, filho do grande guerreiro Qish (I Sm 9,1-2).

Embora Donner questione a presença de Davi na corte de Saul [2], de acordo com o relato bíblico, o futuro monarca se aproximou da mencionada corte, num primeiro momento devido aos seus dotes artísticos (I Sm 16,14-23). Davi se tornou, então, um “serviçal do rei” (*‘ebed hammelek*). Pouco tempo depois, Davi teve os seus laços estreitados com a realeza por se destacar militarmente (I Sm 18,7-16), uma vez que Saul quando reparava em algum guerreiro ou algum valente logo o escolhia e tomava-o para junto de si (I Sm 14,51).

Davi, em meio às intrigas e conspirações para a sua morte tramadas por Saul, conseguiu adquirir uma amizade sólida com Jonathan, filho de Saul (I Sm 18,1-4), e também casar-se com Micol, filha de Saul (I Sm 18,17-27), fato que diante da morte dos herdeiros diretos do trono lhe garantiria o direito de sucessão do Reino de Israel [3].

Neste ambiente ambíguo, não demorou muito para que Saul tomasse a decisão de perseguir a Davi e exterminar àquele que podia por em risco suas pretensões de continuidade dinástica em Israel. Foi neste contexto que Davi abandonou a corte de Saul, reuniu em torno de si, além de sua família, um grupo de 400 homens insatisfeitos e tidos como a escória do reino (I Sm 22,2), os quais darão origem ao seu exército pessoal de mercenários, e fugiu para o deserto. Convém destacar que, segundo Gunneweg [4], Davi já dispunha de um exército de mercenários antes deste evento e que esse exército teria tido mais sucesso nas batalhas do que o exército popular de Saul. Este fato teria motivado a admiração das jovens de Israel (I Sm 18,7) e a animosidade de Saul em relação a Davi.

Durante a sua fuga e estada no deserto, Davi estabeleceu relações que lhe foram de grande utilidade no processo de ascensão ao trono do Reino Unido de Israel. Entre esses personagens destaca-se a figura de Abiatar, sacerdote levita e herdeiro das tradições do templo de Silo, em Efraim [5], e que tinha escapado ao massacre comandado por Saul da família sacerdotal de Nob (I Sm 22,6-22), motivado por uma possível conspiração destes sacerdotes [6]; bem como suas duas mulheres, Aquinoã, de Jezrael, e a sábia Abigail (II Sm 25), mulher de Nabal de Maon, que lhe garantiu os suprimentos necessários durante a fuga do belemita no deserto de Zif (I Sm 26,3).

Neste sentido, Gunneweg [7] e Donner [8] destacam que Davi, além de estar vinculado devido à sua origem belemita às tribos de Judá, estreitou esse laço com as tribos do sul por meio do matrimônio com Abigail, que o ligou a Maom, perto de

Hebron, e com Aquinoã, que o ligou a Jezreel. Ambas as famílias eram ilustres no declive meridional das montanhas [9].

Após poupar a vida de Saul no deserto de Zif (I Sm 26, 1-25), Davi decidiu partir para a terra dos filisteus e pôr-se a serviço deles (I Sm 27, 1-2). Durante este tempo, de acordo com o relato bíblico, Davi tornou-se vassalo de Aquis, rei de Gat, recebendo como território a ser administrado a cidade de Siceleg (I Sm 27,6). Enquanto Davi esteve do lado dos filisteus, ele fez incursões contra os povos inimigos dos hebreus tais como os gessureus, os gereseus e os amalecitas (I Sm 27,8). E, quando Aquis questionava a Davi sobre suas ações, este lhe dizia que fizera incursões contra o Negueb de Judá, ou o Negueb dos Jerameelitas, ou o Negueb dos quenitas regiões pertencentes às tribos de Israel (II Sm 27,10). Neste tempo, Davi chegou a enviar para os anciãos de Judá e de todos os lugares por onde ele tinha passado com seus homens (I Sm 30, 26-31) parte do butim de suas conquistas, mostrando assim aos seus compatriotas que, apesar de momentaneamente estar atuando como vassalo dos filisteus, permanecia fiel ao seu povo.

Neste tempo também, Abiatar [10] consultava o efod, o urim e o tunim, recolhia tradições sobre Abarão e Isaac, sem deixar de lado as informações sobre Moisés trazidas pelos quenitas e cabelitas, oriundos de Cades-Barnéia, quenezitas e jerameelitas. Deste modo, Abiatar completava as suas tradições levíticas do norte e efraimíticas advindas de Josué.

Os demais chefes dos filisteus não acreditaram na mudança repentina de lado da parte de Davi defendida por Aquis e, por isso, não permitiram que Davi lutasse do lado deles na batalha de Gelboé (I Sm 29, 1-11), na qual os filisteus derrotaram o exército de Israel e ocasionou a morte de Saul e seu filho Jonathan (I Sm 31,1-6). Este retorno de Davi para Siceleg pode ser entendido como uma estratégia do futuro monarca [11] que, ao combater os amalecitas, defendia o território filisteu, obtendo assim a simpatia destes, ao mesmo tempo em que ganhava a simpatia de Israel por guerrear contra os seus arquiinimigos.

### **1.1) Relato da Ascensão**

A morte de Saul e de seus três filhos, Jonathan, Abinadã e Malki-Shua na batalha de Gelboé (I Sm 31,6) não significou que Davi, a partir daquele momento, tivesse plenos direitos de posse sobre a monarquia em Israel. Afinal, ainda restara a Saul um filho homem Isbaal e o chefe de sua guarda Abner. E, foi justamente Abner que levou Isbaal para Maanaim para ser coroado rei sobre Galaad, os assuritas, Jezrael, Efraim, Benjamin e todo Israel por dois anos (II Sm 2,8-10).

Após derrotar Amelec e os amalecitas Davi subiu para Hebron, onde os anciãos de Judá foram ao seu encontro e ungiram-no e coroaram-no rei de Judá (II Sm 2,4). Com a sede em Hebron, Davi governou Judá por sete anos e seis meses (II Sm 2,11). Para conciliar o dado bíblico de que Isbaal, cujo nome significa “homem da vergonha” [12], governou Israel por dois anos (II Sm 2,9) com o governo de Davi sobre Judá a partir de Hebron por sete anos e meio, Cazelles [13] propõe que a contagem do tempo de reinado de Davi comece a partir da morte de Saul e se considere que Abner tenha assumido o poder e só tenha cedido o trono à Isbaal sobre pressão do povo. Assim, a “Casa de Judá” (II Sm 2,7) não se oporia à dinastia de Saul, mas seria apenas um reino a mais ao lado de Israel [14]. Sem rejeitar por completo essa posição, Gunneweg [15]. propõe, a despeito do dado bíblico de II Sm 2,10, que tanto Davi quanto Isbaal governaram Judá e Israel, respectivamente, por sete anos. Essa teoria é corroborada por Donner [16], que chama a atenção para o fato das tribos de Judá não serem citadas no relato da coroação de Isbaal (II Sm 2,8-9), o que sugere que o Israel sob Saul corresponde ao Israel do

cântico de Débora (Jz 5) e exclui o território do Reino do sul após Salomão. Desse fato, Donner conclui que o sul não pertenceu ao reino de Israel governado por Saul.

Acerca da coroação de Davi pelos anciãos de Judá, Donner chama a atenção para o fato de que “Davi não era um carismático que se tornou rei. Era um chefe de mercenários com forças próprias, o que os anciãos de Judá certamente levaram em conta. Não se tratava de um gesto espontâneo de proclamação como rei numa hora de aperto, mas do coroamento de uma evolução preparada há muito” [17]. Essa mesma opinião é partilhada por Albertz [18], que acrescenta o fato de que Davi com suas incursões militares já possuía o poder político e militar na região.

A tensão entre os reinos de Judá e Israel atinge o seu ápice na batalha de Gabaon, onde os jovens de Judá comandados por Joab enfrentam os jovens de Israel liderados por Abner (II Sm 2, 12-32). Nesta batalha, Abner, para se defender, mata Ashael (II Sm 2, 23). Essa morte explicará mais tarde o assassinato de Abner por Joab (II Sm 3,27), no período em que Abner tentava construir uma aliança entre Davi e os anciãos de Israel para entregar ao rei de Judá também o governo de Israel (II Sm 3, 12-21).

Convém destacar que Abner resolve estabelecer uma aliança com Davi somente quando é acusado por Isbaal de pretender usurpar a coroa de Israel, ao pleitear para si Rispá, uma das concubinas de Saul (II Sm 3,6-11), já que, conforme o costume da época, tomar posse do harém de um rei significava assumir a sucessão do trono [19]. Assim, como Donner, pode-se afirmar que, “ao reinado de Isbaal faltavam os elementos constitutivos que haviam fundamentado o reinado de Saul: a designação por Javé e a aclamação pelo povo. Isbaal foi um rei-fantoches, um títere suspenso por fios que Abner movimentava com seus dons e sua iniciativa, um epígono que procurou capitalizar para si por algum tempo o carisma de seu pai” [20].

Com a já mencionada morte de Abner e o assassinato de Isbaal, devido a uma conspiração interna no Reino de Israel (II Sm 4,1-6), todas as tribos de Israel foram ao encontro de Davi em Hebron e o ungiram como rei de Israel (II Sm 5,3). De acordo com o relato bíblico, Davi reinou sobre Judá, em Hebron, por sete anos e três meses e governou sobre todo Israel e Judá a partir de Jerusalém por trinta e três anos (II Sm 5,4-5). Neste ponto, Donner [21] destaca que o sistema estatal pan-israelita de Davi não foi um governo unitário. “Na base de seu rei reinado sobre Judá e sobre Israel estavam tratados diferentes. Nos termos do direito de Estado, o resultado desse desenvolvimento não poderia ser outro do que a união pessoal. O caráter e a autonomia de ambos os reinos não foram fundidos. O Norte e o Sul continuaram sendo grandezas separadas com um único ponto de união política: a pessoa de Davi que agora ostentava duas coroas em sua cabeça” [22].

## **1.2) Jerusalém: A Cidade de Davi**

Apesar de sua localização, Hebron não favorecia a regência de Davi sobre Judá e Israel, porque a cidade fazia com que as tribos do Sul se sentissem governadas por um rei judaíta. Além disso, havia ainda o perigo do cinturão de isolamento pelo meridional ocupado pelas nações cananéias, que colocavam o reino em perigo pelo avanço dos filisteus, como observa Donner [23].

A cidade-estado de Jerusalém pertencia aos cananeus jebusitas (II Sm 5,6). Davi fez guerra contra essa cidade, apoderou-se da fortaleza de Sião e assumiu a sucessão dos príncipes jebusitas tornando-se o rei desta cidade-estado [24].

Devido ao fato de esta cidade não pertencer a nenhuma das tribos de nem de Israel e nem de Judá, Davi pôde tomar posse dela como um território pessoal. Esse fato rendeu à cidade o título de “Cidade de Davi” (II Sm 5,9). Nesta cidade Davi estabeleceu sua fortaleza e tornou-a capital do Reino Unido de Judá e Israel. Essa cidade também

possuía uma vantagem estratégica por facilitar a comunicação entre os dois reinos e possibilitar as ligações entre leste e oeste [25]. Neste sentido, Gunneweg afirma que “a elevação de Jerusalém à condição de centro pan-israelita foi uma política muito inteligente. A cidade estava localizada em chão neutro, por assim dizer, e, mesmo assim, geograficamente central entre Judá e Israel do norte. Outra vantagem foi que a cidade não tivera, até o momento, nenhuma tradição israelita e, portanto, estava aberta ao desenvolvimento em todos os sentidos. Entretanto, também Jerusalém com certeza não carecia totalmente de marcas de tradições; até o momento Jerusalém tinha sido uma cidade real cananéia. A continuação da história da monarquia e do Estado judaítas nos ensina que as tradições religiosas cananéias de Jerusalém não foram eliminadas pela israelitização da cidade, mas continuaram vivas de forma adaptada. Jerusalém tornou-se uma importante porta aberta para a religião cananéia e especialmente para a ideologia do reinado de Deus que em Jerusalém passou, sob influência javista, por uma mudança específica com a idéia da aliança davídica” [26]. Além disso, a instalação da Arca e a posterior construção do Templo em Jerusalém fizeram com que culto comunitário de Israel se convertesse no culto monárquico oficial [27].

Nesta cidade, com o apoio de Hirão, rei de Tiro, que enviou ao rei Davi madeira de cedro, carpinteiros e pedreiros, o rei de Israel Unido construiu para si um palácio (II Sm 5,11). Para ampliar a importância da cidade de Jerusalém, Davi trasladou a Arca da Aliança de Baalé-Juda para Jerusalém. Deste modo, a cidade passou a ser não somente o centro político do Reino como também o centro religioso, a “Cidade Santa”.

Convém destacar, como salienta Cazelles [28], que no tempo de Davi, como a arqueologia comprova, as dimensões da cidade continuaram pequenas e que ainda que o rei cogitasse em construir um templo para o Deus dinástico nacional ‘Yahweh Sebaot’, que se senta sobre os querubins, no período davídico, isto seria improvável, pois a cidade possuía apenas um embrião de culto, bem como um embrião administrativo. O culto propriamente israelita resumia-se apenas na presença da Arca da Aliança (II 2,15-24) confiada à guarda de Abiatar e Sadoc.

### **1.3) As Conquistas de Davi**

Com a ascensão de Davi ao trono de Israel, “o exército popular dos homens livres de Israel tornou-se uma tropa auxiliar do exército de mercenários. Nessa função subordinada, ele devia obediência militar a Davi, também nas guerras de agressão contra os povos vizinhos” [29]. Tal função desfigurava o caráter original desse exército, porém, por outro lado, fornecia ao rei Davi uma tropa auxiliar muito útil para as suas conquistas e busca de poder. A guerra assim para Davi tornou-se um instrumento político de poder na mão do rei e, por isso, “a partir de Davi já não se pode mais legitimar a figura do rei como o libertador enviado por Deus”, como afirma Albertz [30]. Assim, além de Jerusalém e Amaleq, Davi ainda guerreou contra os filisteus e derrotou-os desde Gabaa até a entrada de Gazer (II Sm 5,25). Com isso Davi, além de ampliar o seu território de seu reino, afastou do Reino de Judá e Israel o perigo filisteu da planície litorânea e acabou com a independência política da pentápole filistéia [31] derrotando os filisteus, submetendo-os (II Sm 8,1) e incorporando-os à estrutura de seu reino como estados vassalos [32]. Davi também derrotou os moabitas que se tornaram seus servos submetidos ao tributo (II Sm 8,2). Davi venceu ainda Hadadézer, rei de Sobá, e os arameus que vieram em socorro deste rei. Deste modo, o rei de Israel estabeleceu prefeitos em Arâm de Damasco e submeteu os arameus à tributação (II Sm 8,3-6), estabelecendo, como escreverá Cazelles, Damasco como protetorado [33], sem privar a cidade de sua independência [34]. Davi também conseguiu grande quantidade de bronze nas cidades de Betah e Berotai (II Sm 8,7). O rei de Israel ainda adquiriu

prata, bronze e ouro de Tói, o rei de Emát (II Sm 8,9-10), com o qual cultivou uma política de boa vizinha [35]. Davi também derrotou os filhos de Amon (II Sm 8,12) e conquistou a sua capital Rabá (II Sm 12,29) e colocou sobre a cabeça a coroa amonita. Davi, contudo, manteve a independência do estado de Amom [36]. O rei de Israel fez dos edomitas seus servos e estabeleceu prefeitos (*nesibim*) em Edom (II Sm 8,14), que eram tidos como servidores e não tributários [37]. Aos filhos de Amóm, quando eram conquistados, Davi costumava impor-lhes o exílio conjugado ao trabalho na fabricação de tijolos (II Sm 12,31). Convém destacar que Davi não conquistou Gat [38].

É interessante perceber, como sinaliza Donner [39], que não há testemunhos na Sagrada Escritura do procedimento adotado por Davi em relação as cidade cananéias. Apenas sabe-se que Davi acabou com a independência política dessas cidades e incorporou-as aos reinos de Judá e Israel. Apenas, mais tarde, por meio dos relatos sobre o governo de Salomão (I Rs 5,6-8), é que se pode supor que essa população foi absorvida pelo reino davídico, fornecendo a este reino um grupo de soldados que pudessem operar os carros de combate.

Diante dessas conquistas, Cazelles escreverá que Davi formou um império com várias suseranias [40]. Contudo, de acordo com os dados fornecidos por Donner [41] esta afirmação pode ser entendida de modo relativizado. De acordo com este autor, o império de Davi “estendia-se da margem meridional da terra cultivada palestinese até a Síria central. Esse não era assim tão grande em sua extensão: a distância de Berseba até Hamate perfaz aproximadamente 500km – ou seja sem comparação com o território de impérios orientais anteriores ou posteriores. Era grande sobretudo na consciência de Israel, e nas fórmulas do estilo da corte de Jerusalém” [42].

#### 1.4) A Administração

É interessante notar que Davi, no tocante a administração estatal, não possuía nem mordomo nem serviço de justiça organizado [43]. Assim, Davi, além de governar o povo, exercia a função de juiz (II Sm 8,15).

Fazia parte do corpo administrativo de Israel no tempo de Davi, de acordo com uma primeira lista (II Sm 8, 16-18): Joab, comandante do exército popular (*al-haccäbä*); o chanceler real, *mazkir*, “aquele que faz lembrar”, uma espécie de arauto do rei, Josafá; seus sacerdotes eram Sadoc que “era natural de Jerusalém e já tinha sido sumo sacerdote da cidade antes de Davi tomar posse dela” [44] e Ahimelek, filho de Abiatar; Saraiá era o seu secretário, *sofer*, um chefe da administração civil; Benaiá era o *wühaKKürëtü wühaPPülëtü*, comandante dos cretenses (cereteus ou creteus) e filisteus (feleteus ou preteus), uma espécie de guarda pessoal do rei; e os filhos de Davi eram sacerdotes, *koh<sup>a</sup>nim*, (II Sm 8,15-18). Porém, segunda lista fornecida por II Samuel apresenta Joab como comandante de todo o exército de Israel; Benaiá como comandante dos creteus e dos pleteus; Adonirâm como responsável da corvéia, *al-hammas*, que era estendida para todo Israel; Josafá, como chanceler; Sheva que provavelmente é o mesmo Seraiá [45] como secretário; como sacerdotes aparecem os nomes de Sadoc e Abiatar; Davi ainda tinha como sacerdote, de acordo com esta lista, Irá, o jairita (II Sm 20, 23-26).

Donner [46] lembra que fora das listas administrativas há ainda duas funções: a de conselheiro de Davi, *yô`ëc Däwüd*, função ocupada por Aquitofel (II Sm 15,12; I Cr 27,32-33); e a função de amigo do rei, *re`e hammelek*. Embora o mencionado autor não saiba ao certo se ambos os títulos equivaliam a um cargo permanente na corte de Davi. Donner [47] também não exclui a possibilidade de que no corpo burocrático da administração davídica tenha tido a participação de cananeus experientes, o que explicaria a falta do nome do pai de alguns governadores provinciais do tempo de

Salomão (I Rs 4,7-19). Neste sentido, é interessante observar que, com a criação do aparato burocrático estatal, a força dos clãs tribais em Israel é minada, pois, a partir deste momento, a posição social não era mais determinada pela família de origem, mas pela lealdade pessoal ao rei [48].

### **1.5) Política Interna**

Internamente, o governo de Davi sempre enfrentou certa oposição dos anciãos pertencentes ao antigo regime tribal de Israel. Foram esses anciãos que apoiaram Absalão em sua revolta contra Davi (II Sm 15,10-12). Foram eles também que diante da revolta de Sheba abandonaram a Davi para apoiar o seu opositor (II Sm 20,1-2). Esta posição assumida pelos anciãos de Israel se dava porque eles acreditavam ter, devido a sua quantidade de tribos (dez), mais direitos sobre o rei do que a tribo de Judá (II Sm 19,44) e por acharem-se preteridos em relação aos homens de Judá (II Sm 19,42-43). Também serão os anciãos de Israel que mais tarde apoiarão Jeroboão no seu cisma (II Rs 12).

### **1.6) Política Externa**

Na política externa, como já foi mencionado, Davi conseguiu o apoio de Tiro e Emat em seu governo. Acerca da relação de Davi com o rei Hirão de Tiro, Donner [49] abandona enquanto fonte historicamente confiável os textos de II Sm 5,11 e 24,5-7 que descrevem uma estável relação econômica entre Tiro e Israel. Para esse autor, os referidos textos são uma interpretação pós-exílica formada nos moldes de I Rs 5,15-18 e outras tradições de Salomônicas que tentam dar uma presumida expansão ao reino davídico. Assim, “a política de Davi para com as cidades litorâneas fenícias, a respeito da qual não temos nenhuma informação, deve ter sido de prudente discricção, semelhante à atitude geralmente adotada mais tarde pelos soberanos do império neo-assírio” [50].

Convém ressaltar que o rei de Israel, mesmo tendo já conquistado a capital amonita, Rabá, sempre teve que se confrontar com os filhos de Amóm como se pode comprovar com a leitura de II Samuel nos capítulos 10 e 12.

### **1.7) Relato da Sucessão**

De acordo com a visão tradicional, o autor que escreveu a História da Sucessão do Trono era alguém da corte ou próximo dela, o que explica a riqueza de detalhes familiares existente neste relato [51]. Esse relato, de acordo com a tradição bíblica, possui tintas dramáticas. Começa com um adultério no qual Davi acaba por orquestrar a morte de Urias para tomar Betsáida como sua esposa (II Sm 11,1-27). O mencionado adultério é punido por Deus com a morte da criança gerada desse relacionamento (II Sm 12,1-23). Contudo, é do casamento de Davi com Betsáida que nasceu Salomão (II Sm 12,24-25), aquele que deu continuidade à dinastia davídica.

Neste relato há também um episódio de incesto entre Amnom e Tamar (II Sm 13, 1-22) que termina com um fratricídio, onde Absalão manda matar seu irmão Amnom (II Sm 13, 28-29), e uma guerra entre pai e filho (II Sm 15,1-18,18). Para coroar a dramaticidade e a vivacidade do relato, nele ainda se encontra uma disputa partidária pela posse do trono entre dois irmãos: Adonias e Salomão. O primeiro era o quarto filho mais velho de Davi, nascido em Hebron (II Sm 3,4). Adonias reúne em torno de si um sacerdote, Abiatar, e o comandante do exército de Israel, Joab. Esse grupo tentou coroar Adonias rei de Israel, em meio a uma festa na fonte de En-Rogel, onde Adonias ofereceria sacrifícios, na presença da corte e de todos seus irmãos, filhos do rei Davi, exceto Salomão (I Rs 1,5-10). Contudo, o partido de Salomão, do qual faziam parte a sua mãe, Betsáida, o profeta Natã, o sacerdote Sadoc e o comandante Benaiá, reagiu

rapidamente e fez com que Davi, impulsionado por uma promessa anterior feita à Betsáida e por Natã, declarasse Salomão como seu sucessor e este fosse ungido rei por Sadoc e Natã em Guihon (I Rs 1,11-40). Como resultado deste relato tem-se Salomão sucedendo seu pai Davi, ainda vivo no trono de Israel.

## 2) Salomão

Segundo Gunneweg, “não é mais possível esboçar uma imagem do reino de Salomão que seja correta em termos cronológicos” [52]. Essa opinião também é partilhada por Donner que acrescenta a existência de três imagens possíveis de Salomão: o histórico do século X, o deuteronomista e o ideal, fruto da história da interpretação dos tempos do pós-exílio [53]. No governo de Salomão, de acordo com a historiografia tradicional, foi escrita a História da Corte de Davi (II Sm 9-20; I Rs 2-3) [54], além de obras de literatura e sabedoria [55]. A música e a salmodia floresceram [56]. Israel neste tempo conheceu um grande avanço da cultura revelada na arquitetura egípcia, fenícia e árabe das suas construções [57].

Não se pode falar de um aumento do império de Davi no tempo de Salomão. Não se tem relatos de sucessos militares obtidos por este rei. Salomão “pode ser chamado de rei pacífico por excelência” [58]. O próprio nome de Salomão, *šülömò*, contém o elemento *shalom*, “paz, bem-estar”. O fato é que o governo de Salomão, por ter sucedido o estágio inicial agressivo do governo de Davi, importou-se mais por manter os limites territoriais e, quando muito, defender as suas possessões.

### 2.1) A Administração

Salomão, assim como o seu pai Davi, era o responsável pela execução da justiça em Israel, pois, em Israel a justiça se liga ao *sdq* que remonta à justiça mosaica, a qual o rei deveria exercitar-se para resolver casos difíceis (I Rs 3,16-18) que nem os escribas conseguiam [59].

Salomão, para formar administradores, favoreceu o surgimento de escolas de escribas que se valiam dos procedimentos tradicionais vindos da Babilônia, bem como do modelo egípcio. Essa atitude gerou uma “tradição de escribas favorável ao Egito, contra qual o javista do Pentateuco põe em guarda os crentes na corte jerosamilitana, precedendo dessa forma os profetas” [60].

Deste modo, fazia parte do corpo burocrático do Reino de Israel no período em que Salomão esteve no trono o sacerdote, (*kohem*) Azariáhu, filho de Sadoc; os secretários (*sofer*) Elihôref e Ahía; o chanceler (*mazkir*) Josafá; o comandante do exército (*‘al-haççaba*) Benáia; os sacerdotes Sadoc e Abiatar; o chefe dos prefeitos, (*‘al-hanniççabim*) Azariáhu; o sacerdote e amigo do rei (*re‘e hammelek*) Zabud; o chefe do palácio (*‘al-habbavit*) Ahishar; o chefe das corvéias, *‘al-hammas*, Adonirâm; além de doze prefeitos, *niççab*, (I Rs 4,1-7). Convém destacar que nesta lista aparece o nome do sacerdote Abiatar, fato que leva a supor que ela foi elaborada antes do exílio do mencionado sacerdote. Outro fato digno de nota é a presença na lista dos nomes de dois dos filhos de Natã: Azariáhu, o chefe dos prefeitos, e Zabud.

### 2.2) Política Interna

Salomão, para bem poder governar [61], eliminou aqueles que se opuseram à sua eleição real. Mandou Benaiá matar o príncipe Adonias, quando este reivindicou para si a concubina de seu pai Abishag, a shunamita, (I Rs 2,13-25), por ver neste gesto de Adonias ainda uma intenção de tomar-lhe o trono. Por ordem de Davi (I Rs 2,5-6) mandou Benaiá executar Joab (I Rs 2,28-34). Exilou Abiatar em Anatot, demitindo-o de sua função sacerdotal (I Rs 2,26-27). E, por fim, mandou Benaiá matar Shimeí (I Rs 2,



46). Após eliminar a sua oposição, Salomão estabeleceu Benaiá chefe do exército e pôs Sadoc no lugar de Abiatar (I Rs 2,35). E, assim Salomão cercou-se de seus aliados políticos.

Para o sustento das necessidades do rei e de sua corte, Salomão estabeleceu doze prefeituras sobre a totalidade de Israel. Essas prefeituras deviam por um mês do ano assegurar o abastecimento da casa real (I Rs 4,7). Salomão também organizou uma corvéia entre todo Israel no qual trabalhavam cento e cinquenta mil homens entre cortadores e carregadores de pedra (I Rs 5,29). Os doze prefeitos, que eram os encarregados principais das obras do Reino, por sua vez, dispuseram três mil e trezentos homens para comandar a execução dos trabalhos (I Rs 5,30). É interessante notar que, segundo o relato do capítulo 9 de I Reis, a prática da corvéia não foi imposta aos filhos de Israel, os quais eram apenas os intendentess designados para a fiscalização e organização das obras (I Rs 9,22-23). Neste caso, o trabalho da corvéia era realizado pelos emoritas, hetitas, perizitas, hivitas e jebusitas, que não pertenciam ao povo de Israel (I Rs 9,20). Contudo, autores como Cazelles, [62], Gunneweg [63] e Donner [64] discordam dessa posição e afirmam que Salomão impôs trabalhos forçados e corvéia até mesmo aos israelitas. Esses autores fundamentam seu argumento na igualdade no tratamento dado aos israelitas e cananeus, observada na lista dos distritos.

Internamente, no período final de seu reinado, Salomão ainda enfrentou a oposição de Jeroboão (I Rs 11,26) que era o chefe da corvéia da casa de José (I Rs 11,28). Essa oposição a Salomão, contudo, foi logo abafada e Jeroboão fugiu para o Egito, onde foi acolhido pelo faraó, e lá permaneceu até a morte de Salomão (I Rs 11,40). Será Jeroboão quem liderará o cisma político e religioso que porá fim ao Reino Unido de Israel e Judá (I Rs 12,1-33).

### **2.3) Política Externa**

No que se refere à política externa, Salomão dominou todos os reinos a partir do Eufrates até a fronteira com o Egito (I Rs 5,1). Salomão também continuou a dominar a região dos filisteus que lhe pagavam tributos e lhe serviam. (I Rs 5,1). Salomão dominou ainda a região Transeufratênia desde Tifsah até Gaza (I Rs 5,4).

Salomão durante o seu reinado viveu em paz com os povos das suas regiões limítrofes (I Sm 5,4). Para manter esta paz Salomão fazia aliança com os povos por meio de casamentos. Assim, de acordo com a tradição bíblica, Salomão montou um harém com mil mulheres das quais setecentas eram de estirpe principesca (I Rs 11,3), entre as quais a filha do Faraó (I Rs 11,1). Essa quantidade de mulheres estrangeiras é apontada pelo autor sagrado como a causa da ruína de Salomão que teve seu coração desviado do Senhor por essas mulheres (I Rs 11, 3-5).

De acordo com a Tradição bíblica, Salomão renovou a aliança entre Israel e Tiro (I Rs 5,15-23), firmada inicialmente por Davi e Hirão. Foi graças a essa aliança que Salomão conseguiu a madeira para a construção do Templo de Jerusalém (I Rs 5,24), em troca de trigo e óleo virgem para a sua casa real de Tiro (I Rs 5,25). Salomão também chegou a fornecer trinta mil homens de todo o Israel ao rei Hirão para o corte da madeira no Líbano (I Rs 5,27-28), com o intuito de construir a Casa do Senhor e a casa do rei (I Rs 9,10). E, para recompensar ao rei de Tiro por sua ajuda, Salomão ainda ofertou-lhe vinte cidades da região da Galiléia, Terra de Cabul (I Rs 9,11-13).

Segundo o relato bíblico, o bom relacionamento de Salomão com o rei de Tiro ainda possibilitou ao Reino de Israel ter acesso ao mar e incrementar a sua economia com o comércio marítimo no Mar Vermelho (I Rs 9,26-28; 10, 11-13.22), no qual o povo de Tiro forneceu a Israel marujos experientes, que fizeram os Israelitas chegarem a Ofir (I Rs 10,10), Somália [65], partindo de Esion-Guebér que ficava na terra de Edom

(I Rs 9,26-28). O comércio marítimo rendeu grande quantidade de ouro, madeira de sândalo e pedras preciosas advindas de Ofir para Israel (I Rs 10,11). Esse comércio também, de acordo com o relato bíblico, fez com que Israel passasse a fazer uso da prata no tempo de Salomão (I Rs 10,21). Pois, graças ao comércio marítimo o rei de Israel a cada três anos recebia em seus portos navios carregados de ouro, prata, marfim, macacos e pavões (I Rs 10,22)

Salomão teve uma boa relação com o Egito e chegou a casar-se com a filha do Faraó Siamon da 21ª dinastia [66] e receber dele, por meio de sua filha, a cidade de Guezér (I Rs 9,16). Essa princesa se destaca no conjunto de mulheres pertencentes ao imenso harém de Salomão ao ponto de receber deste rei um palácio para si (I Rs 9,24). Esse bom relacionamento com o Egito permitiu a Salomão comercializar com este país. Por meio do comércio, Salomão conseguiu comprar no Egito e na Cilícia (I Rs 10,28-29), por meio de seus mercadores, bom número de carros e cavalos, respectivamente. Com esse comércio também Israel, de acordo com o relato bíblico, chegou a possuir quarenta mil estalas para os cavalos de seus carros e doze mil cavaleiros (I Rs 5,6).

Salomão também desenvolveu o comércio das caravanas ao sul com a Arábia. Neste sentido, Brighth [67] não considera a visita da rainha de Sabá (I Rs 10,1-15) – Arábia do Sul - como algo lendário, pois, para esse autor, os nômades habitantes de Sabá, onde hoje é o Iêmen ocidental, que dominavam o comércio das especiarias e incensos, tentaram, com a visita da rainha, levando suas mercadorias, estabelecer um contato com o lucrativo comércio marítimo dominado por Salomão e tomar parte nessa empreitada. Isso fez com que os impostos e taxas do comércio da Arábia acabassem parando no tesouro de Salomão [68]. Essa opinião não é partilhada por Donner [69], que a partir de documentos mostra que na região da Arábia Meridional não havia rainhas neste período e que, portanto, essa lenda começou a surgir posteriormente quando o comércio com essa região surgiu.

Durante a sua vida Salomão somente teve dois opositores externos: Hadad (I Rs 11,14-22), o edomita, que, quando Davi dominou Edom, fugiu para o Egito. E, com a ascensão da 22ª dinastia egípcia foi acolhido na família do Faraó Sheshonq I (945-921) [70]; e Rezon, rei de Damasco, que foi inimigo de Israel enquanto viveu Salomão (I Rs 11,23-25).

## **2.4) Obras**

Salomão foi antes de tudo um sábio administrador aos moldes do oriente. Ele ampliou a capital; aterrou a antiga depressão do terreno que protegia a antiga cidade de Davi; construiu um palácio mais amplo e conforme as necessidades administrativas; isolou o palácio da cidade, assentando-o sobre a colina de um novo templo, contínuo ao palácio, fazendo uso do costume oriental, no qual “o rei é lugartenente de Deus” [71].

A principal grande obra de Salomão, de acordo com a tradição bíblica, foi o Templo de Jerusalém. Salomão levou sete anos para construí-lo. O Templo possuía 300m<sup>2</sup> (I Rs 6,2) e um átrio de 50m<sup>2</sup> (I Rs 6,3) [72]. Esse templo foi construído com pedras e madeiras preparadas pelos operários de Salomão, de Hirão e o povo de Guebal (I Rs 5,18). As peças de bronze da Casa foram fundidas na região do Jordão, entre Sucot e Sartan (I Rs 7,46).

Outra grande obra salomônica em Jerusalém foi a construção da casa do rei. Esta obra demorou, de acordo com o relato bíblico, treze anos para ser totalmente concluída (I Rs 7,1). O palácio real era maior que o Templo de Jerusalém em extensão, embora, possuísse a mesma altura, 13,50m (I Rs 6,2; 7,2).

Além dessas duas obras que levaram vinte anos para se completarem (I Rs 8,10), Salomão, com o trabalho da corvéia, ainda construiu o Milô, a muralha de Jerusalém,

Hasor e Meguido (I Rs 9,15). Ele ainda reconstruiu Guézer, Bet-Horon Inferior, Baalat e Tamar do Deserto, bem como todas as cidades de entreposto que lhe pertenciam, as cidades de guarnição tanto para os carros (mil e quatrocentos) como para os cavaleiros (doze mil) A tradição bíblica chega a afirmar que Salomão possuía quatro mil estábulos para os seus cavalos (I Rs 10,26; 2 Cr 9,25). Quanto a esses dados, “apesar do grande conjunto de estábulos descoberto em Meguido, e por muito tempo atribuído a Salomão, ser agora reconhecido como construção do século seguinte, grandes construções salomônicas, incluindo fortificações e residência do governador, estão atestadas lá, assim como em Hasor e Gazer e outros lugares. Isso realmente significava que Salomão mantinha um considerável exército permanente” [73].

## **2.5) Fim do Governo Único**

O Reino unido de Israel termina devido a uma errada opção política de Roboão que não acolhe o pedido feito pelos filhos de Israel de redução dos trabalhos (I Rs 12,1-16). Como desfecho desta história tem a criação dos reinos de Judá, governado por Roboão (I Rs 12,17), e Israel, governado por Jeroboão (I Rs 12,20).

## **II – Confrontação Arqueológica**

### **1) Interpretação Tradicional**

As evidências arqueológicas acerca do período da monarquia unida são escassas e, não fornecem respostas inequívocas para perguntas acerca da centralização monárquica em Israel; sobre o poderio deste reino; sobre suas relações sociais e políticas; e sobre o desenvolvimento interno deste reino [74].

Acerca dos dados arqueológicos, a presente pesquisa detectou a presença de duas posições possíveis: a favorável às tradições bíblicas acerca da monarquia unida; e a contrária. Como representante da primeira posição a pesquisa considerou de modo particular a interpretação dos dados arqueológicos sugerida por Mazar, que, de modo geral, é concorde com a interpretação sugerida por Y. Yadin em seus achados arqueológicos.

Neste sentido, acerca do governo de Davi em Jerusalém, Mazar [75], aponta para existência de uma “estrutura em degraus” que pode ser identificada com a “fortaleza de Sião” (I Cr 11,5), que traz os traços de uma construção davídica que mais tarde foi abandonada por Salomão que construiu a sede da cidade mais ao norte da Fonte de Guihon. Mazar [76], embora ressalte que, de acordo com as escavações em Meguido, não se possa atribuir ao período davídico nenhuma obra pública, não descarta que os rastros de destruição por fogo desta cidade, como também de Tell Qasile, possam ser atribuídas a Davi. Este autor ainda, ao analisar os sítios de Khirbet e Dawara, percebe que nestes lugares houve um modesto desenvolvimento urbano que, embora não corresponda plenamente com a imagem de bíblica de império, pode ser atribuída a Davi [77].

Acerca de Salomão, Mazar defende que as dimensões do templo de Salomão eram maiores do que as de qualquer templo cananeu ou fenício e que sua planta tripartida (pórtico, santuário e Santo dos Santos) “está enraizada na arquitetura religiosa do segundo milênio a.C. em Canaã e na Síria setentrional” [78]. Mazar ainda aponta para a conformidade do costume de uso do cedro, empregado no templo de Salomão, com o costume cananeu e filisteu, assim como os ornamentos do templo, que lembram representações artísticas da Fenícia, de Chipre e da Palestina [79]. De acordo com Mazar, a descrição dos objetos do templo, inclusive os querubins de oliveira são temas conhecidos da arte cananéia, fenícia e síria, desde a idade do Bronze e do Ferro, ainda

que eles somente apareçam entalhados em marfins nos séculos IX e VII a.C. [80]. Ainda para este autor [81] o palácio de Salomão, bem como o palácio da princesa egípcia casada com este monarca, tem a estrutura dos bit-hilani de épocas ligeiramente posteriores encontrados em Meguido, principalmente o palácio setentrional (palácio 6000) e o palácio meridional (palácio 1723) dos Estratos IVB-VA [82], e diversas cidades da Síria.

Mazar, junto com Y. Yadin, defende que os portões de Meguido, Hasor e Gazer são resultantes de uma construção régia centralizada que pode ser atribuída a Salomão com base na referência bíblica de I Rs 9,15-17 e nos achados arqueológicos, de modo particular os portões internos, existentes nestas cidades [83].

Mazar também, com base nos achados arqueológicos de Dã, Tel Quenéret, Tanac, Yoaqnen, Tel Amal, Tel Abu Hawân, Shiqmona, Tel Mevorakh, Tell el-Fâr'a, Tel Hamath, Tell el-Mazar, Tell qasile, Bet-Semes, Tamna, Tell Beit Mirsim, Laquis, Arad e Tel Bersabéia, acredita que, no tempo da monarquia unida de Israel, houve uma renovação urbana inicial destas cidades, ainda que nesta fase elas ainda não tivessem sido densamente povoadas ou edificadas [84]. Para este autor, na fase inicial do processo de urbanização israelita, grande parte das áreas das cidades permaneceu desocupada, como ocorreu com Laquis [85].

No Negueb central, Mazar defende com base nos achados arqueológicos que houve um “assentamento rápido e em grande escala” [86] nas terras montanhosas no período da monarquia unida. Esse rápido assentamento é explicado pela intenção política israelita de controlar o Negueb e seus habitantes para assegurar as rotas que cruzavam o Negueb, através de Cades Barne, para o Mar Vermelho nas transações comerciais com a Arábia [87].

## **2) Novo Olhar**

Uma posição radicalmente oposta às conclusões de Mazar acerca dos dados arqueológicos é tirada por Finkelstein e Silberman. Segundo esses autores, três são os pontos passíveis de debate acerca da monarquia unida: a extensão do império de Davi; a falta de dados arqueológicos que comprovem que Jerusalém tenha sido uma grande cidade no tempo de Davi e Salomão; e os monumentos atribuídos a Salomão [88].

Para Finkelstein e Silberman, a questão da existência de Davi se resolve, contrapondo os historiadores minimalistas, com a descoberta no sítio de Tel Dã de uma inscrição ‘Casa de Davi’ que é datada de cem anos após o reino de Salomão. A esse argumento os mencionados autores acrescentam a famosa inscrição de Meshu, rei de Moab, datada do século IX a.C, que provam, além da fama de Davi, que este rei fundou uma dinastia de reis judaicos em Jerusalém [89].

Acerca da extensão do império de Davi, Finkelstein e Silberman observam que a região de Judá “sempre foi sob aspecto agrícola, marginal e isolado das regiões vizinhas pelas barreiras topográficas que o rodeiam por todos os lados, exceto no norte” [90]. Portanto, de acordo com os dados arqueológicos, a região de Judá na Idade do Bronze e no começo da Idade do Ferro possuía “poucas áreas disponíveis ao cultivo agrícola” [91]. Judá era mais apto para o pastoreio de carneiros e cabras. Sendo assim, “Judá permaneceu relativamente desocupado de uma população permanente, muito isolado e marginal depois do tempo presumido de Davi e Salomão, sem grandes centros urbanos e sem hierarquia articulada de vilas, aldeias e cidades” [92]. Neste sentido, segundo estes autores pode-se afirmar que Davi e Salomão não governaram sobre uma monarquia unida, mas tão somente sobre o Reino de Judá pouco desenvolvido.

Com base nas escavações das décadas de 1970 e 1980, que não encontraram vestígios arqueológicos que remontem à Jerusalém antiga do século X a.C. Finkelstein e

Silberman concluem em uma análise mais otimista que “a cidade de Jerusalém, no século X, era limitada em extensão e talvez nada mais que uma típica aldeia da região montanhosa” [93]. Esse fato demonstra a improbabilidade, segundo Finkelstein e Silberman, de que esta cidade tenha se transformado no centro de um grande império que se estendia do Mar Vermelho, ao sul, até a Síria, ao norte. E tão pouco tivesse neste período uma capacidade organizativa capaz de apoiar belicamente grandes exércitos em um campo de batalha.

Finkelstein e Silberman ainda criticam atribuição feita por Mazar a Davi sobre a destruição de Meguido e de Tell Qasile, já que a segunda cidade é desconhecida nos registros bíblicos [94].

Sobre os monumentos atribuídos a Salomão, Finkelstein e Silberman percebem que embora não haja indício do templo e do palácio construídos por Salomão é preciso que se debruce sobre outras localidades que apontam para as obras deste rei. Neste sentido, contrariando a atribuição feita por Yigael Yadin a Salomão dos portões de Hazor, Gezer e Meguido, Finkelstein e Silberman [95], com base na análise das cerâmicas encontradas no local que indicavam a sobrevivência no século IX da cerâmica filistéia e com base na datação por meio do carbono 14 das vigas do telhado do prédio, afirmaram que a destruição dos prédios atribuídas a Davi, são de meados do século X, assim como a reconstrução do mesmo prédio, pertence ao começo do século IX. Essa opinião também é defendida por Liverani [96].

De acordo com Finkelstein e Silberman, o Reino de Judá governado por Davi e Salomão era simples. As terras eram predominantemente rurais. Não há traços de algum florescimento cultural neste período. Não houve um assentamento homogêneo neste período. Não há indícios de uma cultura ou de um Estado unificado administrativamente. O próprio eixo do futuro Reino de Judá tinha um povoamento escasso. Sua população total era de aproximadamente 45mil pessoas e destas apenas 5mil estavam divididas entre Jerusalém e Hebron. Em suma, “sob o aspecto arqueológico, não nos é possível dizer nada sobre Davi e Salomão, exceto que existiram, e que a sua lenda permaneceu e resistiu aos tempos” [97].

Liverani, embora concorde com alguns argumentos de Finkelstein e Silberman, adota uma postura mais reticente e menos radical acerca das descobertas arqueológicas. Liverani defende que o reino de Saul, do qual fazem parte os “anciãos de Israel” que mais tarde irão aderir a Davi (II Sm 4,5-8), são membros das tribos de Efraim e Benjamim e que a formação do Estado davídico na cidade de Jerusalém se dá paralelamente à formação do reino no território de Efraim e Benjamim [98]. Esse autor observa, com certa restrição, os dados bíblicos que se referem a expansão de Davi [99] para o mar ao longo da Wadi Yargon até Tell qasile, Gerisha, Afeq, Tel Batash, Bet-Semesh e o Nequeb, ainda que não exclua Wadi Yargon e o Negueb da constituição do reino davídico e considere que este modesto reino, sob o ponto de vista da formação política, se estenda a todos os altiplanos centro-meridionais, que continuam tendo uma hegemonia filistéia. Neste sentido, Liverani afirma que os altiplanos centro-setentrionais, incluindo estas regiões do Negueb, e a Galiléia não pertenceram ao reino unido de Israel. Neste sentido, para Liverani o reino de Davi não se estendeu mais ao norte da zona de Siquém e os relatos das conquistas de Amom (II Sm 12,26-31) e de Arã (II Sm 8; 10,15-19) são tardios. Sobre o relato da ascensão de Davi ao trono, Liverani acredita que esse seja derivado de alguma inscrição apologética do próprio Davi formulada de modo publicitário [100]. Liverani também argumenta que o relato de sucessão não remonta ao século X como se pensava, porque as tipologias deste período não costumavam registrar acontecimentos deste tipo [101].

O mencionado autor questiona o casamento de Salomão com a princesa egípcia, embora defenda que Gezer seja um território de modestíssima extensão e não muito longe de Jerusalém [102]. Sobre a administração da monarquia unida, Liverani acredita que a lista apresentada em I Rs 4,1-6 seja derivada de uma lista da época de Davi e, portanto, o reino soldalesco de Davi tenha sido sucedido pelo reino administrativo de Salomão com ênfase na corvéia e na taxaço.

Liverani [103] não descarta a construção de uma imagem de um rei sábio e justo acerca de Salomão. Contudo, este autor, retirado filão novelesco, defende a possibilidade de que Salomão tenha mandado fazer, tal como o rei Yehimilk de Biblos, uma inscrição que exaltasse a sua justiça e sabedoria. Quanto a fama de Salomão pela construção do templo e do palácio, Liverani não descarta o fato destas obras pertencerem a projetos do período Persa. Porém o autor cogita a possibilidade da existência de um escrito no qual Salomão se considere o criador de um templo e um palácio lançados para trás com o intuito de conferir valor de fundação.

Segundo Liverani [104], com base em dados arqueológicos, é pouco provável que tenha ocorrido um acordo entre Israel e Tiro e o suposto porto salomônico de Esyongeber tenha tido o seu primeiro assentamento no século X. Liverani também não nega a abertura da grande via das caravanas no século X, porém nega a participação do reino de Salomão neste comércio devido à incapacidade deste de exercer um papel de controle na região.

Convém destacar que Liverani não duvida da existência de um templo YHWH fundado por Salomão com inscrições para celebrar este feito memorável e que estas inscrições ficaram a vista por séculos e permitiram o desenvolvimento da lenda do grande Templo e que este templo tenha sido reconstruído por várias vezes, de modo especial nos reinados de Ezequias e Josias [105].

### **III – A Construção da Lenda da Monarquia Unida**

Segundo os pesquisadores contemporâneos, tanto os Livros de Samuel quanto os Livros de Reis são obras da escola deuteronomista. Christophe Nihan e Dany Nocquet [106] chegam a perceber que o relato da transferência da Arca de Silo para Jerusalém, além de basear-se no costume neo-assírio de transferir as estátuas dos deuses dos povos vencidos, reflete a emergência de uma teologia pró-Sião que se desenvolveu em Jerusalém a partir de Ezequias (716-687) e ao longo de todo século VII. Isto reflete então a ambição judaica de se tornar o novo centro javista, uma vez que a Samaria fora destruída. Assim, “A apologia da dinastia davídica, a representação de Yhwh como um deus antes de tudo guerreiro e a atitude polêmica e intolerante no tocante as divindades estrangeiras (aqui os deuses filisteus; cf. 1Sm 5,2-5 e 6-5) são mais bem compreendidas no contexto do reinado de Josias (640-609 a.C.) - embora uma datação mais antiga, sob Ezequias (716-687) não possa ser formalmente excluída” [107]. O próprio relato da sucessão de Davi, não pode ser mais pensado, como fora no passado, como uma obra de historiografia escrita no tempo de Salomão, mas como um texto que teve a sua primeira redação provavelmente na corte de Jerusalém sob Ezequias, ou no decurso do século VII [108].

Neste sentido, Finkelstein e Silberman atribuem ao historiador deuteronomista do século VII a.C. a construção da idéia de um antigo Estado unificado israelita [109]. Afinal, neste período, as condições de Judá tinham melhorado. Jerusalém era uma cidade grande que abrigava o Templo ao Deus de Israel e era o único santuário nacional. Judá possuía um corpo burocrático, um exército, um lucrativo comércio aos moldes do descrito em I Rs 9,28. Em suma, toda a descrição referente ao esplendoroso império de Davi e Salomão é um reflexo da própria imagem da sociedade judaíta deste século. A

própria guarda pessoal de Davi formada por cereteus e feleteus pode ser entendida como mercenários gregos “a mais adiantada força combatente do seu tempo, no exército do Egito e, talvez, no exército judaico, no século VII” [110].

A imagem de Davi, assim, reflete mais as esperanças teológicas do que a realidade, pois o piedoso rei Davi da história deuteronômista é mostrado como o “primeiro a parar o ciclo da idolatria (pelo povo de Israel) e da retribuição divina (por YHWH)” [111].

Neste sentido, Josias emerge na história de Judá como o novo Davi, o Davi *redivivus* e herdeiro da promessa de Sm 7. Josias é descrito pelos historiadores do Deuteronomio como o responsável por purificar Judá da idolatria introduzida por Salomão com o seu harém de mulheres estrangeiras (I Rs 11,1-8). Josias, assim, é apresentado como o responsável pela criação da lenda da monarquia unificada, a qual ele sentado no trono de Davi iria recuperar. A real intenção de Josias, ao propagar tal mito, era expandir territorialmente o seu reino de Dã até Bersabéia e tomar posse dos territórios do já destruídos reino do norte [112]. Essa posição também é defendida por Liverani [113]. Este autor, porém, vê na construção do mito da unidade e da paz da monarquia unida uma historiografia filomonarquica construída de Josias a Zorobabel que “tinha em mente não apenas a revitalização do Reino de Judá, mas a constituição de um reino que compreendesse ‘todo Israel’, inclusive o do norte” [114].

Acerca da importância do Templo, Donner acerta ao afirmar que “a fascinação de Jerusalém, de seu templo e de sua configuração da religião de Javé cresceu ao longo do tempo, ainda mais após o fim político do Reino do Norte em 722 a.C. A reforma cúltica do rei Josias, em 622, como que representou a coroação de um desenvolvimento preparado há muito” [115]. Essa visão do Templo atinge o seu ápice a partir do desterro, quando Jerusalém perde a “sua entidade histórica e geográfica para transformar-se em categoria teológica” [116].

O tema da promessa da continuidade da “casa de Davi” e a conexão entre ela, o templo, o povo e a terra foi desenvolvido no período do exílio, onde todas essas realidades já não existiam mais e, por isso, deviam ser incentivadas para tornarem-se um modelo restaurador. Neste sentido, as histórias das sucessões de Davi e Salomão refletem mais o clima de romance histórico, próprio da literatura dos séculos VI-V, do que a literatura de molde epigráfico do século X.

## **Conclusões:**

A pesquisa reconstruiu, de maneira mais coerente, os reinados de Davi e de Salomão, demonstrando que de fato estes reis existiram e construíram uma tradição em Israel que mais tarde foi ampliada com um intuito político e teológico, sendo reinterpretado, principalmente no reinado de Josias (640-609), bem como no pós-exílio, quando o relato dos inícios de Israel recebe suas últimas redações.

A pesquisa mostrou que os tempos áureos da monarquia israelita foram mais modestos do que os descritos na Bíblia, ainda que a Tradição corroborasse para que se cogitasse a possibilidade de um reino utópico. As grandes conquistas e construções atribuídas ao Reino Unido são posteriores a Davi e Salomão e foram atribuídas a eles durante o reinado de Josias. Não houve no Israel do século X um grande comércio, grandes conquistas e nem grandes construções. Contudo, é durante o governo de Davi e Salomão que começa a ser gerado o projeto grandioso da monarquia unida. Os mencionados reis corresponderam de certa maneira aos anseios do povo. Esse fato explica a sobrevivência de seus nomes na história.

Tais descobertas deixam entrever novas frentes de pesquisa na área da História, principalmente no que diz respeito à sua relação com o relato bíblico, e criam a necessidade de um novo pensar teológico que explique o sentido da grandiosidade do Reino de Davi e Salomão. A imagem de um Reino forte, pacífico, justo e conforme a vontade de Deus no passado, em tempos de crise gerada por ameaças externas e por disputas internas, como um lugar desejado e a ser alcançado pelo povo.

Enfim, a grande monarquia unida de Israel é para o povo judeu mais do que uma realidade do passado. Ela expressa o desejo mais profundo de justiça, paz e unidade, que “resumem aquelas esperanças de expansão territorial e busca por tempos prósperos e pacíficos, semelhantes ao do passado mítico, quando um rei governou de Jerusalém sobre todos os territórios reunidos de Judá e Israel” [117].

### **Notas Bibliográficas:**

- [1] CAZELLES. Henri. *História Política de Israel: desde das origens até Alexandre Magno*. São Paulo: Paulus, 1987. p.135.
- [2] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.212.
- [3] CARO SANCHÉZ, J. M. (ED). *História, Narrativa, Apocalíptica*. São Paulo: Ave-Maria, 2004, p.108.
- [4] GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Teológica-Loyola, 2005. p.126.
- [5] CAZELLES. Henri. *História Política de Israel: desde das origens até Alexandre Magno*. São Paulo: Paulus, 1987. p.137.
- [6] GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Teológica-Loyola, 2005. p.128.
- [7] GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Teológica-Loyola, 2005. p.127.
- [8] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.221s.
- [9] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.222.
- [10] CAZELLES. Henri. *História Política de Israel: desde das origens até Alexandre Magno*. São Paulo: Paulus, 1987. p.136.
- [11] GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Teológica-Loyola, 2005. p.130.
- [12] GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Teológica-Loyola, 2005. p.133.
- [13] CAZELLES. Henri. *História Política de Israel: desde das origens até Alexandre Magno*. São Paulo: Paulus, 1987. p.131.
- [14] CAZELLES. Henri. *História Política de Israel: desde das origens até Alexandre Magno*. São Paulo: Paulus, 1987. p.138.
- [15] GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Teológica-Loyola, 2005. p.134
- [16] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.211s.
- [17] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.222.
- [18] ALBERTZ, Rainer. *Historia de la religión de Israel en tiempos del Antiguo Testamento*. Madrid: Editorial Trotta, 1999. p.201



- [19] GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Teológica-Loyola, 2005. p.135
- [20] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.218.
- [21] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.226.
- [22] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.226
- [23] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.228.
- [24] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.229.
- [25] CAZELLES. Henri. *História Política de Israel: desde das origens até Alexandre Magno*. São Paulo: Paulus,1987. p.141
- [26] GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Teológica-Loyola, 2005. p.139.
- [27] ALBERTZ, Rainer. *Historia de la religión de Israel en tiempos del Antiguo Testamento*. Madrid: Editorial Trotta, 1999. p.222
- [28] CAZELLES. Henri. *História Política de Israel: desde das origens até Alexandre Magno*. São Paulo: Paulus,1987. p.141.
- [29] GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Teológica-Loyola, 2005.p.144.
- [30] ALBERTZ, Rainer. *Historia de la religión de Israel en tiempos del Antiguo Testamento*. Madrid: Editorial Trotta, 1999. p,211
- [31] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.231.
- [32] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.231.
- [33] CAZELLES. Henri. *História Política de Israel: desde das origens até Alexandre Magno*. São Paulo: Paulus,1987. p.142
- [34] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.233.
- [35] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.234
- [36] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.233.
- [37] CAZELLES. Henri. *História Política de Israel: desde das origens até Alexandre Magno*. São Paulo: Paulus,1987. p.142.
- [38] CAZELLES. Henri. *História Política de Israel: desde das origens até Alexandre Magno*. São Paulo: Paulus,1987. p.142.
- [39] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.231s.
- [40] CAZELLES. Henri. *História Política de Israel: desde das origens até Alexandre Magno*. São Paulo: Paulus,1987. p.143.
- [41] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.234s
- [42] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.234s
- [43] CAZELLES. Henri. *História Política de Israel: desde das origens até Alexandre Magno*. São Paulo: Paulus,1987. p.142.

- [44] GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Teológica-Loyola, 2005. p.140.
- [45] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.237
- [46] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.238-239
- [47] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.239.
- [48] ALBERTZ, Rainer. *Historia de la religión de Israel en tiempos del Antiguo Testamento*. Madrid: Editorial Trotta, 1999. p.203
- [49] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.232s
- [50] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.232s
- [51] GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Teológica-Loyola, 2005. p.124
- [52] GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Teológica; Loyola, 2005. p.154
- [53] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.250
- [54] BRIGHT, John. *História de Israel*. 7.ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2003.p.270
- [55] ALBERTZ, Rainer. *Historia de la religión de Israel en tiempos del Antiguo Testamento*. Madrid: Editorial Trotta, 1999. p.207
- [56] BRIGHT, John. *História de Israel*. 7.ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2003.p.270
- [57] ALBERTZ, Rainer. *Historia de la religión de Israel en tiempos del Antiguo Testamento*. Madrid: Editorial Trotta, 1999. p,207
- [58] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.251
- [59] CAZELLES. Henri. *História Política de Israel: desde das origens até Alexandre Magno*. São Paulo: Paulus,1987. p123
- [60] CAZELLES. Henri. *História Política de Israel: desde das origens até Alexandre Magno*. São Paulo: Paulus,1987. p.148
- [61] BRIGHT, John. *História de Israel*. 7.ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2003.p.260
- [62] CAZELLES. Henri. *História Política de Israel: desde das origens até Alexandre Magno*. São Paulo: Paulus,1987. p.139
- [63] GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Teológica; Loyola, 2005. p.158
- [64] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.259
- [65] BRIGHT, John. *História de Israel*. 7.ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2003.p.265
- [66] CAZELLES. Henri. *História Política de Israel: desde das origens até Alexandre Magno*. São Paulo: Paulus,1987. p.148.
- [67] BRIGHT, John. *História de Israel*. 7.ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2003.p.265
- [68] BRIGHT, John. *História de Israel*. 7.ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2003.p.265

- [69] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.254
- [70] CAZELLES. Henri. *História Política de Israel: desde das origens até Alexandre Magno*. São Paulo: Paulus,1987. p.149
- [71] CAZELLES. Henri. *História Política de Israel: desde das origens até Alexandre Magno*. São Paulo: Paulus,1987. p.146
- [72] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.258
- [73] BRIGHT, John. *História de Israel*. 7.ed. rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2003.p.263
- [74] MAZAR, Amihay. *Arqueologia na terra da Bíblia 10.000-586 a. C.*. São Paulo: Paulinas, 2003. p.358.
- [75] MAZAR, Amihay. *Arqueologia na terra da Bíblia 10.000-586 a. C.*. São Paulo: Paulinas, 2003. p.358ss
- [76] MAZAR, Amihay. *Arqueologia na terra da Bíblia 10.000-586 a. C.*. São Paulo: Paulinas, 2003. p.361.
- [77] MAZAR, Amihay. *Arqueologia na terra da Bíblia 10.000-586 a. C.*. São Paulo: Paulinas, 2003. p.362.
- [78] MAZAR, Amihay. *Arqueologia na terra da Bíblia 10.000-586 a. C.*. São Paulo: Paulinas, 2003. p.363.
- [79] MAZAR, Amihay. *Arqueologia na terra da Bíblia 10.000-586 a. C.*. São Paulo: Paulinas, 2003. p.364.
- [80] MAZAR, Amihay. *Arqueologia na terra da Bíblia 10.000-586 a. C.*. São Paulo: Paulinas, 2003. p.364.
- [81] MAZAR, Amihay. *Arqueologia na terra da Bíblia 10.000-586 a. C.*. São Paulo: Paulinas, 2003. p.365s.
- [82] MAZAR, Amihay. *Arqueologia na terra da Bíblia 10.000-586 a. C.*. São Paulo: Paulinas, 2003. p.371.
- [83] MAZAR, Amihay. *Arqueologia na terra da Bíblia 10.000-586 a. C.*. São Paulo: Paulinas, 2003. p.371-374.
- [84] MAZAR, Amihay. *Arqueologia na terra da Bíblia 10.000-586 a. C.*. São Paulo: Paulinas, 2003. p.375.
- [85] MAZAR, Amihay. *Arqueologia na terra da Bíblia 10.000-586 a. C.*. São Paulo: Paulinas, 2003. p.376.
- [86] MAZAR, Amihay. *Arqueologia na terra da Bíblia 10.000-586 a. C.*. São Paulo: Paulinas, 2003. p.377.
- [87] MAZAR, Amihay. *Arqueologia na terra da Bíblia 10.000-586 a. C.*. São Paulo: Paulinas, 2003. p.383.
- [88] FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003. p.175s.
- [89] FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003. p.182s.
- [90] FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003. p.185.
- [91] FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003. p.186.
- [92] FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003. p.186.
- [93] FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.p.188.

- [94] FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003. p.189.
- [95] FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003. p.197ss.
- [96] LIVERANI, Mario. *Para além da Bíblia: história de Israel*. São Paulo: Loyola-Paulus, 2008.p.134.
- [97] FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003. p.200.
- [98] LIVERANI, Mario. *Para além da Bíblia: história de Israel*. São Paulo: Loyola-Paulus, 2008.p.127.
- [99] LIVERANI, Mario. *Para além da Bíblia: história de Israel*. São Paulo: Loyola-Paulus, 2008.p.130ss.
- [100] LIVERANI, Mario. *Para além da Bíblia: história de Israel*. São Paulo: Loyola-Paulus, 2008.p.132.
- [101] LIVERANI, Mario. *Para além da Bíblia: história de Israel*. São Paulo: Loyola-Paulus, 2008.p.132.
- [102] LIVERANI, Mario. *Para além da Bíblia: história de Israel*. São Paulo: Loyola-Paulus, 2008.p.134.
- [103] LIVERANI, Mario. *Para além da Bíblia: história de Israel*. São Paulo: Loyola-Paulus, 2008. p.135s.
- [104] LIVERANI, Mario. *Para além da Bíblia: história de Israel*. São Paulo: Loyola-Paulus, 2008.p.137.
- [105] LIVERANI, Mario. *Para além da Bíblia: história de Israel*. São Paulo: Loyola-Paulus, 2008. p.399.
- [106] RÖMER, Thomas; MACCHI, Jean-Daniel; NIHAN, Christophe. *Antigo testamento: história, escritura e teologia*. São Paulo: Loyola, 2010. p.347s.
- [107] RÖMER, Thomas; MACCHI, Jean-Daniel; NIHAN, Christophe. *Antigo testamento: história, escritura e teologia*. São Paulo: Loyola, 2010. p.348.
- [108] RÖMER, Thomas; MACCHI, Jean-Daniel; NIHAN, Christophe. *Antigo testamento: história, escritura e teologia*. São Paulo: Loyola, 2010. p.351.
- [109] FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.p.201.
- [110] FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.p.202.
- [111] FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003. p.202.
- [112] FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003. p.203 e 230s.
- [113] LIVERANI, Mario. *Para além da Bíblia: história de Israel*. São Paulo: Loyola-Paulus, 2008.p.133s.
- [114] LIVERANI, M. *Para além da Bíblia: história de Israel*. São Paulo: Loyola-Paulus, 2008.p.382.
- [115] DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 2 v. p.258
- [116] CARO SANCHEZ, José. Manuel. (ED). *História, Narrativa, Apocalíptica*. São Paulo: Ave-Maria, 2004.p.126
- [117] FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003. p.203.